

TRAJETÓRIAS FEMININAS, TRAJETÓRIAS INVISÍVEIS:

AS MULHERES GALEGAS NO ALÉM MAR

ÉRICA SARMIENTO

A participação da mulher galega no fenômeno migratório rumo às Américas, a partir da segunda metade do século XIX, transcende o significado do processo migratório, do que se compreende como o ato de partir em busca de terras promissoras. A presença feminina não se limita unicamente ao deslocamento, ela é muito mais abrangente, pois as mulheres se comprometeram com a imigração também de forma indireta, através da sua permanência e contribuição ao local de origem. Quando a imigração levou os varões para longe das suas terras, a maioria das galegas permaneceu nas propriedades familiares, zelando e cuidando do sustento da economia doméstica. A Galiza se transformou, assim, em uma espécie de *matriarcado forçado*, lugar das chamadas *viúvas de vivo*, daquelas incansáveis mulheres que nunca desistiam de esperar.

O período da Grande Imigração (1890-1930) alterou a estrutura fundiária e familiar que formava a pequena agricultura de subsistência galega. As imigrações transatlânticas, diferentemente das sazonais e das interpeninsulares, trouxe, pela primeira vez, as longas distâncias e os longos períodos de ausência para as famílias. O espaço doméstico galego ficou dividido entre aqueles que permaneciam nas aldeias e os que partiam para a América. Essa divisão, ocasionada pela ausência dos varões, favorecia, em parte, os retornos temporais ou definitivos, pois a população masculina imigrava, mas deixava as propriedades sob os cuidados das esposas e do núcleo familiar. Conservar ou adquirir bens no lugar de origem significava a possibilidade de um retorno seguro e o aumento do patrimônio através da renda conquistada na América.

Os vínculos mantidos com a terra de origem tiveram na presença feminina a sua maior aliada. Mães, esposas, irmãs, continuaram a preservar, seja por sobrevivência, seja por estratégia familiar, a economia galega. A imigração, durante muitas décadas, se alimentou, majoritariamente, de mão de obra masculina e fez dos homens os únicos protagonistas dessa história. As mulheres, tanto as que ficaram, como as que partiram, foram renegadas a um segundo plano ou até mesmo à invisibilidade. Por isso, nas páginas que se seguem, ao longo desse artigo, dividiremos a imigração das mulheres galegas em dois grupos: as que participavam indiretamente do fenômeno migratório, desde a sociedade de origem, e aquelas que emigraram, que cruzaram o atlântico com destino ao Brasil. Dessa forma, buscaremos preencher, ainda que de forma tímida e introdutória, algumas lacunas na história da imigração feminina.

AS MULHERES QUE PARTICIPARAM INDIRETAMENTE DA IMIGRAÇÃO

No século XIX, a participação da mulher galega na imigração transoceânica era inferior à média espanhola. Enquanto em outras regiões espanholas, a imigração familiar era predominante (como foi o caso de Andaluzia) na Galiza, a imigração de homens solteiros ou casados era majoritária. Por outro lado, a imigração a curta distância, que incluía as rotas dentro da Península Ibérica, persistiu até o começo do século XX. Dessa forma, mesmo sem cruzar o atlântico, as mulheres também partiam em busca de melhorias na sua renda familiar.

Na Galiza, na ausência dos varões, a mulher teve que exercer diferentes funções antes exclusivas dos homens, como os problemas administrativos e a comercialização dos produtos da agricultura doméstica. Entretanto, a dependência afetiva e material continuava existindo no cotidiano feminino. No momento de adquirir propriedades, nas mudanças que se podiam realizar nos domínios agrícolas ou na casa familiar, as mulheres dependiam das remessas recebidas da imigração e, quando o dinheiro destinado não chegava desde a América, as galegas se viam obrigadas a hipotecar todos os seus bens para custear as dívidas.

A sociedade galega, baseada na pequena propriedade familiar, tinha seus riscos, com suas limitações econômicas e limites de terra, e a escassa defesa dos pequenos agricultores mediante a instabilidade das colheitas e da falta de meios técnicos para trabalhar o minifúndio. As mulheres casadas, que tinham seus cônjuges na imigração, ficavam desamparadas, desprovidas de meios econômicos e, muitas vezes, também de apoio social. Acabavam tornando-se vítimas de procedimentos abusivos por parte da justiça local, como o embargo dos seus bens, convertendo-se, constantemente, em vítimas de escândalo público. Essas práticas sociais faziam parte da legitimação de um modelo familiar, fruto da imigração, e que se consolidou entre Galiza e América.

As redes de solidariedade, as chamadas cadeias migratórias, se encarregaram de vigiar a conduta das mulheres que permaneciam nas suas aldeias de origem. Como funcionavam essas cadeias? Através de mecanismos informais como as cartas, os retornos temporários, os vizinhos que informavam sobre a vida social e familiar daqueles parentes que permaneceram nas suas terras de origem.

Por exemplo, Albina Costa Vieites, galega do município de Santa Comba (A Coruña), viveu, durante décadas, longe do marido Francisco Mouro, ausente no Brasil. O casal encontrava-se por temporadas, quando Francisco visitava a família na Galiza. O comportamento de Albina era monitorado pelo olhar vigilante dos vizinhos daquela localidade, que enviavam as notícias para o seu marido, entre retornos temporais e visitas. Na única carta que Albina escreveu para o esposo, ela expressou, com certa mágoa, as acusações do marido, que desconfiava da sua conduta:

Vilar 23 de abril de 1957

Sr. Francisco Mouro Castro en Rio

... y se Manolo vió la carta ni supo cuando te la mande que me salten los ojos de cara pero las cosas son como se toman pues me dices que no sabes si los hijos seran tuyos pues pones una mano en el corazon y meditas a tu conciencia que son cosas algo pesadas pero Dios nos perdone todo dices que soy de la casta de los derrochadores que nunca te ace um centimo es verdad que te gaste mucho dinero desgraciadamente com la salud pero con otros vicios no gracias a Dios pero acuerdate que tienes un poder mio y con el puedes recuperar todo lo que te gaste en el tiempo que sea que no pienso sacartelo en la vida...

Sin más te deseo muchas felicidades,

Albina Costa Vieites

A autoridade de Francisco Mouro não era contestada. Tudo girava em torno das suas decisões. Nas primeiras linhas da carta, a esposa já se dirige ao marido, utilizando uma linguagem bastante formal, perceptível no uso dos pronomes de tratamento, como “Senhor Francisco Mouro Castro en Rio”. Nas últimas linhas da missiva, a esposa de Francisco Mouro, buscando a sua autodefesa, lembrou ao marido que ele detém uma procuração com plenos poderes para retirar todos os bens.

A força do código de honra esteve estreitamente vinculado ao sistema fundiário, à forma dominante de organização familiar e da complexidade do sistema de estratificação social. A saída dos varões e as condições econômicas do local de origem contribuíram para que essas mulheres tivessem um papel ativo na força de trabalho doméstico, proporcionando-lhes também certa liberdade, assim como mudanças de comportamento, como a motivação da atividade sexual fora do matrimônio e o alto nível de celibato feminino. Entretanto, devemos analisar essa liberdade como consequência da estrutura socioeconômica do local de origem e não como uma conquista espontânea ou consciente das mulheres galegas do período.

No Brasil ou na Galícia, essas mulheres estavam constantemente vigiadas pelos costumes e pelos valores de sua sociedade. As redes de solidariedade e os mecanismos informais se encarregavam de vigiar de perto tanto as mulheres que partiam como aquelas que esperavam.

No final do século XIX, as mulheres começaram a cruzar o atlântico. A imigração feminina apresentou-se, timidamente, em direção ao Rio de Janeiro. No começo do século XX, elas não representavam nem 12% do contingente que desembarcou nos portos cariocas. A própria legislação da época dificultava a saída da população feminina, uma vez que as mulheres casadas só emigravam com a autorização do marido e as solteiras com a permissão

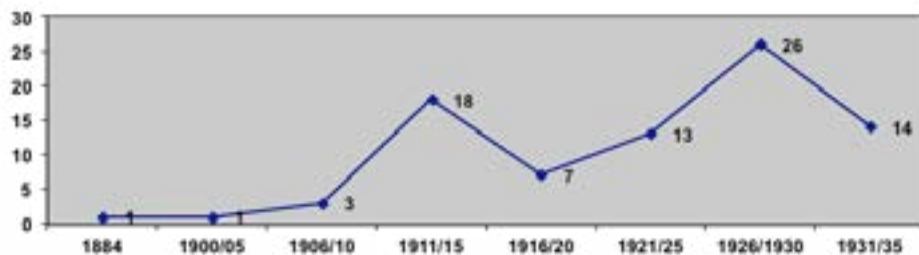
dos pais ou tutores. A imigração histórica galega, podemos afirmar com base em estudos quantificados, foi um fenômeno masculino. Segundo Vázquez:

... la estructura por sexos de la demanda laboral de los países a los que se dirigieron los gallegos y la tradicional y general división sexual del trabajo privilegió la movilidad de la mano de obra masculina. Esto unido a la obligatoriedad del servicio militar para los varones jóvenes, a la generalizada vinculación a la tierra que conlleva el estatus de tenencia o propiedad de pequeñas explotaciones agrícolas familiares y a las mayores trabas legales existentes en España respecto, entre otras actividades, a la emigración femenina, discriminaron a la mujer limitando su participación en el flujo migratorio gallego-americano.

A participação da mulher no processo imigratório foi marcante nas tarefas domésticas, não só nas restritas ao espaço familiar, mas também nos lugares em que trabalhou como empregada, lavadeira ou arrumadeira. Ao lado dos maridos ou dos parentes, muitas delas, não só administraram o lar, como contribuíram ativamente nos negócios familiares. Elas faziam parte da imigração de uma forma silenciosa, atuando em um contexto histórico onde a figura masculina era a dominante e a que se destacava no mercado de trabalho. Era uma imigração invisível, uma espécie de prolongamento da imigração masculina.

Através de importantes fontes históricas e nominativas, como as matrículas do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro, reconstruímos alguns dados acerca da imigração feminina. De 241 mulheres registradas, entre os anos de 1877 e 1939, a porcentagem de 99,1% se declarou como dona de casa. Esse contingente feminino iniciou seu trajeto depois da imigração masculina, a partir de 1910, consolidando a sua presença na década de 20, a partir dos reagrupamentos familiares. Discretamente, sempre por detrás da figura masculina, as mulheres imigraram, a maioria delas protegidas pelo marido ou por algum parente.

Gráfico 1
Ano de chegada das mulheres no Rio de Janeiro (1884-1935)



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro

UM ESTUDO DE CASO: AS MULHERES DE SANTA COMBA

Em Santa Comba, município da província de A Coruña com maior índice de imigração a Rio de Janeiro, as características da imigração feminina não diferem do caso do Rio de Janeiro, de forma geral. A população masculina foi a que mais deixou as aldeias rumo a um novo mundo. As mulheres permaneciam com a família, cuidando da economia doméstica até que regressasse o pai, o esposo ou o irmão; ou ficavam sozinhas, conformando-se com a possibilidade do imigrante nunca mais retornar. É difícil encontrar alguma família que não tenha sofrido a ausência de um parente a partir da Grande Imigração.

Nos censos municipais de Santa Comba, entre os anos de 1904 a 1970, predominaram as famílias que possuíam, pelo menos, um varão ausente em um destino da América Latina. O número de mulheres que emigrou ao Brasil não ultrapassa 12% da imigração, e, desse percentual, 5,5% estava no Rio de Janeiro. É importante salientar, que os livros de censos, como toda documentação histórica, oferecem limitações quanto às informações concernentes aos estudos migratórios. Por exemplo, é impossível conhecer a data exata em que o indivíduo emigrou, mas sim é possível saber o período da ausência e o local de imigração. No caso das mulheres, elas começaram a constar nos censos a partir da década de 1950. A diferença numérica é tão elevada, entre as primeiras décadas do século XX e os anos de 1950, que não deixa margem de dúvida de que a imigração feminina do município de Santa Comba ganhou força na segunda imigração de massas, no período de 1950 a 1960.

Tabela 1

Total de mulheres ausentes no Rio de Janeiro no município de Santa Comba (1904-1960)

Ano	Total de mulheres ausentes no Rio de Janeiro	Taxa de masculinidade
1904	2 (1,8%)	2%
1909	1 (0,9%)	0,97%
1919	1 (0,9%)	2,12%
1924	8 (7,14%)	8%
1928	7 (6,2%)	7,36%
1935	6 (5,3%)	11,53%
1940	2 (1,8%)	5%
1950	3 (2,7%)	1,96%
1955	20 (17,8%)	18%
1960	62 (55,3%)	52%

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo do Arquivo Municipal de Santa Comba

A imigração feminina, mesmo minoritária, permaneceu crescente e contínua ao longo do tempo. No censo de 1960, dos 120 registros de ausentes no Rio de Janeiro, 62 (o equivalente a 51,6%) equivalem ao de mulheres, ou seja, mais da metade do contingente. O agrupamento familiar, nesse caso, foi um dado importante para compreender o perfil da imigração feminina dessa época. Por exemplo, do total de 112 mulheres que se encontravam no Rio de Janeiro, entre os anos de 1904 e 1960, somente em sete casos, elas não possuíam nenhum tipo de parentesco com algum homem já imigrado no Rio de Janeiro.

Através da análise e interpretação dos dados dos Censos municipais, encontramos reagrupamentos familiares que se consolidaram ao longo de várias gerações. Essa informação indica a antiguidade dos fluxos migratórios das famílias de Santa Comba a Rio de Janeiro e o tipo de modelo migratório da região, baseado em redes familiares. Como exemplo, está o caso da imigrante Antonia Romar Arán, da paróquia de Arantón. Ela apareceu como ausente, pela primeira vez, no censo de 1924, junto com a sua irmã.

Ao pesquisar os censos de anos anteriores, encontramos os dois irmãos (varões) de Antonia Romar Arán no Rio de Janeiro, desde o ano de 1904. A cadeia migratória dessa família continuou crescendo, com o aparecimento de mais dois membros (um homem e uma mulher) no censo de 1909. Contabilizamos, ao total, seis membros, formados por seis irmãos que haviam emigrado a Rio de Janeiro. A primeira mulher aparece como ausente no censo de 1909, após a chegada dos primeiros varões, que já se encontravam no Rio de Janeiro, pelo menos, desde o ano de 1904. Algumas dessas imigrantes inscritas no Censo de Santa Comba tinham nascido no Brasil e todas eram filhas de matrimônios endogâmicos.

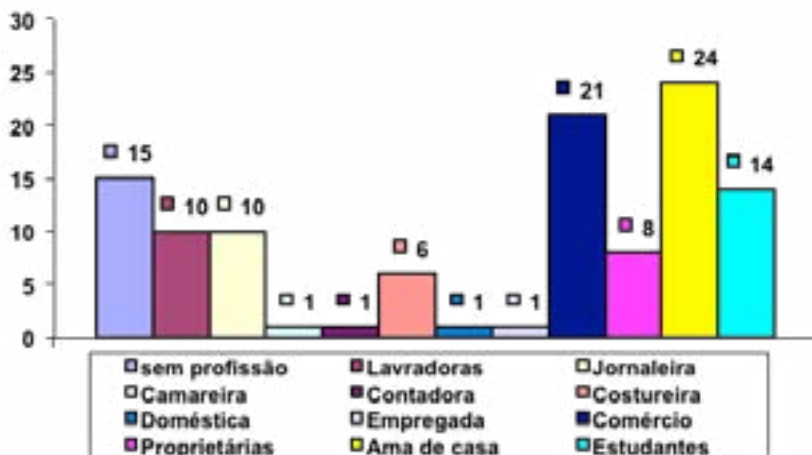
Outro exemplo representativo de reagrupamento familiar e também de endogamia é o da família López Barbeito, da paróquia de Mallón, do mesmo município de Santa Comba. No censo do ano de 1924, encontramos o primeiro membro ausente no Rio de Janeiro, um jovem de apenas 15 anos chamado Manuel López Barbeito. No censo posterior, em 1928, apareceu o irmão, Domingo López Barbeito. Ambos eram casados com mulheres oriundas do mesmo município e as esposas apareceram, pela primeira vez, no censo de 1960. No ano de 1935, outro membro da mesma família estava ausente também no Rio de Janeiro. Dessa vez era uma mulher chamada Dorinda López Barbeito. Dorinda também estava casada com um patrício, Manuel Vidal García, ausente desde o ano de 1928.

No caso reconstruído acima é importante frisar que os três irmãos (tanto do sexo masculino como feminino) tiveram cônjuges oriundos da mesma localidade, e, no caso dos homens, todos emigraram solteiros e contraíram matrimônio posteriormente. As mulheres pertencentes a essa família, como a maioria dos casos da imigração feminina de Santa Comba, casaram-se com imigrantes que, desde as primeiras décadas do século XX, já estavam estabelecidos no Rio de Janeiro.

Em relação à inserção socioprofissional da imigração feminina de Santa Comba no Rio de Janeiro, estava dividida basicamente entre o setor terciário (comerciantes, dependentes de comércio) e os não ativos (estudantes e amas-de-casa). No gráfico abaixo, podemos observar uma significativa presença da mulher no mercado de trabalho carioca.

Gráfico 2

Distribuição socioprofissional da imigração feminina de Santa Comba no Rio de Janeiro (1904-1960) Elaboração própria a partir dos livros de censo de Santa Comba (1904-1960) do Arquivo Municipal de Santa Comba



O grupo de mulheres vinculadas ao setor terciário (14 balconistas e 7 comerciantes) estava registrado nos censos de 1950, 1955 e, principalmente, no ano de 1960. A pequena porcentagem de ausentes correspondentes ao período de 1904 a 1935 estava formada por “lavradoras”, “jornaleiras” ou “agricultoras”. Assim, as profissões relacionadas com o campo estavam associadas às galegas pertencentes à Grande Imigração e equivaliam às ocupações que as mesmas exerciam no local de origem.

A partir da década de 1950, segundo o gráfico acima, as imigrantes passam também a ocupar o setor do comércio. Possivelmente, essas comerciantes e balconistas trabalhavam em negócios familiares ou pertencentes a patrícios. Detrás das classificações profissionais há muitas generalizações que não nos ajudam a definir, com exatidão, o verdadeiro ofício do imigrante. Além disso, classificar a situação profissional das mulheres sempre resulta mais difícil porque os trabalhos domésticos faziam parte de um mercado informal e podiam estar camuflados sob a figura da dona-de-casa. Quanto às estudantes, eram crianças de até 14 anos, imigrantes de segunda geração, algumas nascidas no Rio de Janeiro e que tiveram a possibilidade de frequentar escolas e ter um nível de escolarização maior que aqueles patrícios da primeira geração.

As cadeias migratórias também foram fortalecidas através dos laços matrimoniais. Os homens imigravam solteiros e, uma vez estabelecidos na sociedade de recepção, casavam-se e constituíam famílias no Rio de Janeiro. A imigrante Salvadora López García, nascida no Rio de Janeiro, filha de pais galegos, viveu essa experiência. No censo de 1960, ela apareceu como uma jovem estudante de apenas 9 anos. Vários de seus familiares também viveram no Rio de Janeiro, formando uma extensa cadeia migratória que perdurou durante décadas.

O primeiro membro dessa família a imigrar foi José López. Seus dados apareceram no Censo de Santa Comba de 1909, quando tinha apenas 14 anos e com a profissão de *jornaleiro*. Depois de 50 anos, no censo de 1960, encontramos toda a família: José López, a esposa Amélia García López e os quatro filhos, todos nascidos no Rio de Janeiro. Amélia era a mãe de Salvadora López García, a imigrante a qual nos referimos no parágrafo anterior. A família López se declarou como *proprietária*. Nesse exemplo, possivelmente temos um caso de mobilidade profissional do chefe de família, que, hipoteticamente, imigrou na infância, antes dos 14 anos (os censos não nos oferecem a data de chegada ao Brasil), ascendendo de jornaleiro, sua primeira ocupação, a proprietário. A profissão da esposa, também proprietária, indicava a sua atuação no mercado de trabalho dentro do seu ambiente familiar, ao lado do marido.

A mobilidade da mulher, principalmente no contexto da Grande Imigração, dependia sempre de algum parente que a reclamasse ou a levasse para a América. A imigração feminina exigiu, por regra geral, maior garantia de segurança do outro lado do Atlântico. O êxodo feminino estava exposto a situações arriscadas desde o primeiro momento da viagem. De fato, as *Reales Ordenes de Gobernación* do dia 7 de outubro de 1902 e de abril de 1903 obrigavam os imigrantes a obter permissão dos pais ou tutores aos menores de 23 anos que viajavam sozinhos e a permissão dos maridos para as mulheres casadas. Posteriormente, a Lei de Emigração de 1907, que reconhecia a liberdade de todo espanhol a emigrar, foi restritiva e protecionista, já que exigia as permissões correspondentes para as mulheres casadas e menores de idade que viajavam desacompanhadas. A legislação de 1924, por sua vez, não melhorou a situação das mulheres, ao contrário, elevou a idade permitida para as solteiras imigrarem para os 25 anos.

A própria coletividade galega, em alguns países, adotou posturas contrárias à imigração feminina. Durante o período de 1916 a 1921, a campanha contra a imigração feminina, dentro do coletivo galego, foi intensa. A opinião pública cubana e, particularmente a colônia espanhola, escandalizaram-se frente ao crescente fenômeno da prostituição das numerosas serventes espanholas, em sua maioria galegas. Entretanto, essa imagem das serventes galegas, começa a mudar a partir da década de 1930, quando a própria condição profissional das imigrantes sofre variações. A maioria das serventes galegas se casou com patrícios, e quando a situação econômica do esposo permitia, elas deixavam o trabalho para se dedicarem às tarefas do lar. A partir do momento em que a situação econômica do cônjuge não era suficiente para sustentar a família, elas buscavam trabalhos relacionados com o serviço doméstico ou ajudavam nos negócios familiares.

Segundo os estudos sobre a imigração galega na América, mais de 70% do contingente migratório estava formado por varões. Após a Segunda Guerra Mundial, o número de mulheres tendeu a aumentar até um 40%. O país que mais recebeu imigração feminina foi a Argentina. Para o ano de 1885, por exemplo, enquanto no país austral havia 2.081 mulheres, no Brasil havia somente 481. Elas procediam majoritariamente da província de Pontevedra (49%), de A Coruña (45%), Lugo (4%) e Ourense (1%). No final da última década do século XIX, a imigração feminina sofreu um significativo aumento nas províncias interiores (Lugo e Ourense). As ourensanas chegam a representar 10% do total e as lucenses 9%. Esse aumento do fluxo migratório estava relacionado não só com o desenvolvimento das economias dos países receptores e a conseguinte ampliação do mercado de trabalho feminino, mas principalmente devido à consolidação e amadurecimento do fluxo migratório.

As fontes orais e a recuperação da memória podem ajudar a esclarecer a “invisibilidade” dessas mulheres no mercado de trabalho carioca. A galega Julia Alonso Fernández,

quando emigrou na década de 1950, deixou a sua aldeia, no município de Quiroga, e foi para junto do seu marido, no Rio de Janeiro, levando a filha de 5 anos. Seguindo o modelo de reagrupação familiar, o marido enviou a passagem para Júlia, como era de costume na época. Chegando ao Rio de Janeiro, depois da família peregrinar por várias cidades montaram uma carpintaria em Cabo Frio, cidade do litoral do Rio de Janeiro. Os negócios foram mal e o casamento também. Júlia se separou do marido e teve que buscar um trabalho para o sustento da família.

Meu marido desapareceu e eu fiquei com a minha filha. Fui para o Rio de Janeiro, trabalhei em restaurantes, de cozinheira, em hotel de uns portugueses, de camareira. No começo quando não conseguia trabalho, queria ser repatriada e fui ao Consulado, mas não podia porque tinha que ter a autorização do meu marido e eu não sabia onde ele estava.

A filha ficou numa pensão, enquanto ela trabalhava em casas de família: “Eu não podia pagar as duas pensões. Graças a meus amigos brasileiros, minha filha ficou numa pensão familiar até que se casasse. Desejava o melhor para minha filha, mas eu não podia dar outra coisa”.

Apesar das dificuldades, fala da vida com otimismo e dos melhores anos vividos no Brasil:

O Brasil é um país jovem, que dá oportunidades às pessoas. Eu lutei muito, mas consegui ter a minha casa e deixar algo para minha filha. Não pude ajudá-la nos estudos, mas graças ao esforço dela terminou o curso de magistério. Depois se casou com um brasileiro e teve uma vida melhor. Conseguiram dar carreira para os meus três netos. Vivi os melhores anos da minha juventude no Rio de Janeiro. Só tinha 23 anos quando saí da Galícia.

Dificilmente, depois de casadas, os maridos deixavam suas esposas exercerem uma profissão fora de casa. Assim foi como aconteceu com M. L. S. R., galega do município de Cenlle, na província de Ourense. Em 1950, ela chegou ao Rio de Janeiro. A adaptação não foi nada fácil. Foi morar no subúrbio da cidade, numa pequena casa alugada. Passava a maior parte do dia sozinha, sem amigos, porque o marido não a deixava se relacionar livremente com qualquer pessoa. Quando os negócios do casal faliram e o marido teve que vender os restaurantes, M. L. S. R., começou a ajudá-lo no bar, único comércio que restou para o sustento familiar: “Lá em casa eu fritava 5, 10 quilos de sardinha e levava para o bar que tínhamos na Penha, no subúrbio. Eu fiquei “magríssima de tanto trabalhar.”

Quando a situação piorou economicamente, ela foi trabalhar fora para poder sustentar a casa:

Meu marido não queria. Tinha ciúmes de mim, mas ele nos deixou na lona, não tínhamos como pagar as contas. Aí, o médico que tratava do meu marido, arrumou um emprego de secretária para mim e fui levando a vida. Eu queria muito trabalhar, mas meu marido não me deixava, só me deixou porque não havia como pagar as contas.

Anos depois, cansada da sua situação, maltratada pelo marido e temendo pelo seu futuro, toma a decisão de se separar e busca um trabalho como vendedora em uma loja de roupas no Centro do Rio.

A história da imigração feminina, como a de M. L. S. R., e tantas outras, só se conhece através das entrevistas. Contando as suas vidas, relembrando as suas histórias, elas nos dão a possibilidade de conhecer um lado ainda bastante silencioso da imigração. As mulheres que trabalharam no setor doméstico: empregadas, camareiras ou arrumadeiras de hotel nas décadas de 50 ou 60, não estavam registradas, ganhavam a vida de forma ilegal, atuando em um *mercado negro* que escondia a realidade da imigração feminina. Os empregos, oferecidos em hotéis e comércios de patrícios, eram vistos pelos patrícios como um favor que faziam a essas mulheres, ao conseguirem um pequeno salário para que elas se mantivessem.

Além de serem imigrantes, eram mulheres, e a precariedade do mercado de trabalho feminino oferecia pouco mais que o serviço doméstico e as áreas da indústria têxtil. A situação da mulher imigrante e o tipo de trabalho que ocupou dependeram muito, também, da condição econômica dos seus cônjuges ou da sua família no país de recepção. O historiador Fernando Devoto, ao se referir às mulheres na cidade de Buenos Aires no final do século XIX afirma que:

Las mujeres inmigrantes están presentes en el trabajo a destajo (costura, lavado, planchado), en los pequeños talleres (camiserías, fábricas de sombreros y cigarrillos)”, e quando, o mesmo historiador, se refere às fontes, também indica as entrevistas como um documento oral de confirmação das mulheres nos setores do mercado menos qualificado: “los testimonios cualitativos nos informan asimismo de una realidad omnipresente en esse período: la concurrencia de las mujeres se da en los sectores menos cualificados y la remuneración es inferior a la de los hombres aun en el mismo tipo de actividad.

No século XIX, a condição das galegas em Buenos Aires parecia não ser muito diferente das que emigraram para o Rio de Janeiro no século XX. As desigualdades do Velho Mundo se viram refletidas nas novas e dinâmicas sociedades americanas e as mulheres continuaram a ter um papel secundário na fatia do mercado. Segundo as observações de J.C.Moya:

La concentración de las trabajadoras gallegas en empleos de baja cualificación superó sustancialmente a la de sus compatriotas varones durante el siglo XIX. En 1855, por ejemplo, el 80% de las gallegas en el mercado laboral, pero solo el 54% de los gallegos, desempeñaban este tipo de tarea. Ello reflejaba la limitada gama de opciones laborales que se ofrecía a las mujeres. Mientras cientos de tareas estaban abiertas a los varones, el mercado laboral femenino sólo incluía un puñado de ellas. El servicio doméstico, la costura y la industria tabacalera y del calzado empleaban el 88% de las mujeres españolas en Buenos Aires en 1855, el 93% en 1869; y el 89% en el período de 1894-1910.

A prostituição e o tráfico de mulheres brancas também fizeram parte da história de imigração feminina. Na transição do século XIX para o XX, a contribuição estrangeira no desenvolvimento da prostituição no Rio de Janeiro tornou-se um dos aspectos mais sensíveis da vida social da época. Viajantes e estrangeiros, que passavam pelo Rio de Janeiro, observam as moças da Galiza, da Hungria, Rússia e, às vezes, da Alemanha. Os caftens atraíam as mulheres sob o pretexto de trabalharem como *costureiras* ou *empregadas em hotéis*.

A chamada “*ponte*” entre Argentina e Rio de Janeiro muito contribuiu para que o *comércio do prazer*¹ se ocultasse entre as fronteiras desses dois países. No começo do século XX, muitos dos caftens expulsos do Brasil registraram nos processos de expulsão, como último local de moradia, a cidade portenha. Buenos Aires funcionou como lugar de retorno e refúgio para vários proxenetes que fugiram do Brasil, mas que continuaram recebendo o dinheiro enviado das cidades brasileiras, através da intermediação de *testas-de-ferro*, das organizações internacionais que administravam bordéis e pensões alegres.

A maioria das estrangeiras procedia da Polônia, Hungria, Áustria, Rússia, Portugal, Espanha e Itália. As espanholas, nos processos de expulsão analisados pela historiadora Lená Medeiros de Menezes, em conhecida obra referente ao tema, constituíram o grupo com o maior número de meretrizes do Rio de Janeiro; e, entre os varões expulsos do país por crimes de lenocínio, os espanhóis ocuparam um quinto posto, detrás dos russos, italianos, franceses e portugueses. Sem dúvida, um panorama que merece um estudo mais detalhado.

¹ Conceito utilizado por MENEZES, 1992.

A exploração das mulheres pelos próprios cônjuges era uma triste realidade que os processos de expulsão deixaram entrever. Muitas imigrantes foram utilizadas no chamado *negócio do prazer*, dentro das suas próprias casas. Elas não pertenceram às redes de tráfico, o opressor era o próprio marido ou outro familiar, que as iniciava na experiência migratória. A situação raramente era denunciada pelas vítimas. O mais habitual era que os vizinhos ou os amigos avisassem às autoridades e participassem como testemunhas nos processos. A posição da vítima era difícil: mulher, imigrante e prostituta. Mesmo com a denúncia contra o caftens, as possibilidades dessas mulheres saírem adiante, sem apoio, na sociedade brasileira era muito difícil; e o retorno à Galiza era um empreendimento arriscado, principalmente devido à aceitação social. Por isso, talvez não seja nada fácil encontrar processos de expulsão deste tipo, pois o ambiente familiar do imigrante, seu espaço mais íntimo, ficava muito exposto.

Assim aconteceu com Manuel Obina García, de Pontevedra, no ano de 1913, na cidade de São Paulo. Consta nos autos que

... chegando ao conhecimento desta delegacia que Manoel Obina García, estabelecido com botequim e casa de tolerância à Rua Monsenhor Andrada, n 2, exerce o lenocínio, explorando sua própria mulher Ramona Cacheda García e as meretrizes que lá habitam...

Manuel e Ramona estavam casados há oito anos. Antes de abrirem seu próprio prostíbulo, ambos trabalharam como cozinheiro e como arrumadeira de quartos, em uma casa de tolerância chamada *Palais Elegant*. Após adquirir experiência no ramo, compraram um botequim de um imigrante português, com uma casa de cômodos nos fundos, onde alugavam para prostitutas. Segundo Manuel, ele e a esposa “são os donos do negócio, trabalham juntos e somente alugam os quartos para ‘terceiros’, sem se envolverem com a vida dos hóspedes”.

No depoimento de Ramona, a imigrante não demonstrou ser explorada pelo marido. Ela repetiu as palavras do cônjuge, ao longo do processo, afirmando terem comprado o botequim de um português, e que a propriedade possuía também alguns quartos nos fundos da casa. O mais curioso do processo é a quantidade de testemunhas que foram declarar contra Manuel e, de certa forma, contra a própria Ramona. Ao total, foram cinco homens, de todas as classes e nacionalidades, desde empregados de comércios, passando por um funcionário público e até um farmacêutico. Algumas das testemunhas eram frequentadoras do bordel, outras simplesmente eram vizinhas do local e estavam incomodadas com a presença de semelhante *antro de perdição*. Todos os depoimentos estiveram de comum acordo com o fato de que as meretrizes e a própria Ramona foram exploradas por Manuel, e que essas prostitutas, formadas por quatro ou cinco moças, eram de origem espanhola.

O processo de expulsão denunciou a existência de uma pequena rede de exploração de mulheres espanholas (não sabemos se eram galegas ou não) por um indivíduo ou talvez dois, já que o português que vendeu a casa para Manuel também se dedicava ao *comércio do prazer*.

O depoimento mais revelador foi o da primeira testemunha, um brasileiro chamado José Pereira Rebello, que afirmou conhecer o indiciado Manuel Obina García há dois anos. Pereira, frequentador assíduo da casa, não só ofereceu uma descrição detalhada do local, como também acusou Ramona de ser, além de prostituta, uma espécie de *madame*, com posição privilegiada em relação às outras meretrizes espanholas.

... Ramona Cacheda García, que como as outras meretrizes recebe homens em sua própria casa e às vistas do seu marido Manuel Obina García, /.../ a mulher de Manuel em nada se distinguia das outras mulheres, pois que usava das mesmas liberdades que soe haver entre as prostitutas e os seus fregueses, com a única exceção que Ramona somente tinha relações sexuais com homens por ela escolhidos e que lhe pudessem gratificar melhor e que não obstante ela tinha a mesma liberdade com os homens, sentando.se no colo de uns, beijando outros...

Dessa forma, Ramona deixou de ser a vítima da história, para adquirir uma posição de mais *destaque* no comércio, já que podia *escolher seus fregueses*. Todas as testemunhas contestaram, de forma unânime, a moralidade de Ramona e confirmaram que a mesma “era então como a dona de um bordel, já que instigava os fregueses a fazerem despesas em bebidas, e era quem dirigia as outras meretrizes”. Uma espécie de *madame*, que junto com seu marido controlava o *comércio do prazer*.

A imagem de Ramona assumiu uma postura dúbia no processo: vítima e culpada. Vítima por ser explorada pelo marido, culpada por utilizar as outras prostitutas. Sem dúvida, um comércio lucrativo, onde o explorador era Manuel Obina García, que tentava se livrar das acusações alegando ser somente o proprietário dos quartos. Mesmo que Manuel não fosse realmente um cáften, o processo deixava entrever a existência de várias mulheres espanholas que exerceram a prostituição no começo do século XX no Brasil. Elas estiveram sob a tutela de um compatriota, que explorava seu trabalho, ao mesmo tempo em que lhes oferecia proteção e moradia.

Nunca saberíamos da existência desse acontecimento, se as testemunhas não tivessem denunciado a situação. Mas que interesse poderia ter os próprios frequentadores do bordel? Pena da situação das imigrantes espanholas? Quem se importaria com essas mulheres? Os próprios clientes? Provavelmente, não. Por algum motivo, não explícito no processo, o negócio de Manuel Obina García foi denunciado e, junto com ele, também todas as mulheres que se prostituíam, escondidas na realidade dos quartos de cômodos, ocultas pela fachada de um botequim.

Sem maiores pretensões de querer interpretar a fundo os processos de expulsão e buscar respostas que não podemos oferecer, unicamente temos a intenção de, ao analisar esses documentos, mostrar uma parte do cotidiano desses imigrantes, suas pequenas tragédias e o lado escuro da exploração da mulher, uma exploração que, às vezes, circundava os limites da sua própria casa.

Aparentemente ocultas, as mulheres, em realidade, estavam bem presentes no cotidiano da imigração, sempre apoiando seus companheiros nos negócios familiares e ajudando-os no dia-a-dia da economia doméstica. Estavam desprotegidas, longe de sua família, e a maioria delas contavam unicamente com a sorte de seus companheiros, familiares ou esposos zelarem por sua integridade moral e seu bem-estar. Foi um caminho difícil, porque tiveram que viver momentos de penúrias sem ter direito a opinar, sem ter uma voz ativa na sociedade ou leis que pudessem defendê-las.

Referências bibliográficas

- CAGIAO VILA, Pilar, 1997. Muller e emigración. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- ___, 2007. "La experiencia argentina de las mujeres gallegas". In: FARIÁS, Ruy Gonzalo (coord.), Buenos Aires Gallega. Inmigración, pasado y presente. Buenos Aires: Comisión para la preservación del patrimonio histórico cultural de la ciudad de Buenos Aires, p.155-166.
- DEVOTO, Fernando, 2003. Historia de la inmigración en la Argentina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- EIRAS ROEL & REY CASTELAO, Ofelia, 1992. Los gallegos y América. Madrid: Mafre.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 1992. Os estrangeiros e o comércio do prazer nas do Rio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- MOYA, J. C., 2001. "Los gallegos en Buenos Aires durante el siglo XIX: Inmigración, adaptación ocupacional e imaginario sexual". In: Xosé Manoel Núñez Seixas (ed.). La Galicia austral. Buenos Aires: Biblios, p.69-85.
- SARMIENTO, Érica, 2006. O outro Rio. A emigración galega a Rio de Xaneiro. Santa Comba (A Coruña): Três C Três editora.
- VÁZQUEZ, Alejandro, 1999. La emigración gallega a América. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Santiago de Compostela.
- VIDAL, José Antonio, 2002. "A mulher galega em Cuba: da exclusión á tutelaxe, 1898-1968". Estudios Migratorios, n.13-14, p.191-245.
- VILLARES, Ramón & FERNÁNDEZ SANTIAGO, Marcelino, 1996. História da emigração galega a América. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.